

O Senado está praticamente parado

Desde o reinício de suas atividades a 1.º de agosto último, o Senado da República não delibera sobre o destino das dezesseis proposições incluídas na pauta das sessões ordinárias realizadas nesse período. E que nunca havia "quorum" para discutir ou votar. Sempre que se iniciava a Ordem do Dia, constata-se a ausência em plenário do número mínimo de senadores (34) exigido pelo Regimento Interno dessa Casa do Congresso, para qualquer deliberação.

E tudo indica que essa situação (ausência persistente de "quorum" regimental) não se modificará, sensivelmente, ao longo de todo este semestre, muito embora conste como primeiro item da Ordem do Dia, o projeto que regulamenta a profissão de Biomédico e cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina, para o qual a liderança da Oposição pediu urgência.

VAZIO PERMANENTE

Como explicar o esvaziamento do plenário do Senado, quando centenas de proposições, já apreciadas pelas comissões, aguardam apenas a decisão da Mesa de incluí-las na pauta, para que os senadores as apreciem conclusivamente? Ano eleitoral? Em parte, poder-se-ia debilitar a essa circunstância a ausência dos senadores. Mas apenas dois terço deles são candidatos à reeleição. Rigorosamente, não chega a ser dois terços, porque muitos senadores da Arena (Magalhães Pinto, Teotônio Vilela, Accioly Filho, Catete Pinheiro, Otair Becker entre outros) não se habilitaram nas convenções regionais para a disputa de um novo mandato. Esses senadores, somados a outros 22 que não estão em campanha porque ainda têm mais quatro anos de mandato, poderiam folgadoamente assegurar o "quorum" necessário para deliberações. Mas, na prática, isso não ocorre.

Da parte da Oposição, muitos de seus senadores em meio de mandato estão empenhados na campanha de seus correligionários. Outros, envolvidos com a Frente Nacional de Redemocratização ou com as articulações de uma candidatura oposicionista à Presidência da República, tem-se ausentado freqüentemente de Brasília. Se tudo isso tem contribuído para esvaziar o plenário do Senado, não se pode deixar de responsabilizar também a Liderança da Maioria pela persistente ausência de "quorum". Deliberadamente, o partido majoritário tem, desde o semestre passado, por recomendação do seu líder, deixado o plenário às moscas, quando não interessa ao Governo a aprovação de projetos incômodos.

ARENA OBSTRUÍU

No semestre passado, durante mais de trinta dias consecutivos, por culpa exclusiva da Arena, o Senado não obteve "quorum" para a votação do projeto de lei, de autoria do senador Itamar Franco, que incluía a disciplina Direitos Humanos Fundamentais no currículo dos cursos jurídicos do País. A liderança do partido majoritário não concordava com a aprovação do projeto, mas também não desejava expor seus liderados, num ano eleitoral, com uma decisão nada confortável. Afinal a bandeira dos direitos fundamentais do homem vem sendo empunhada pela Oposição com tal desembaraço, que deverá se refletir nos resultados das eleições de novembro. No momento em que começa a desmoronar toda uma estrutura arbitrária montada, pacientemente, ao longo dos últimos catorze anos, as denúncias de violências policiais, aliadas às revelações sobre corrupção, custo de vida, política salarial, concentração de renda, a despeito das limitações impostas pela "Lei Falcão", serão "um prato" para a Oposição na campanha eleitoral que se avizinha.

Depois de muito relutar, a Liderança da Arena reuniu em Brasília os seus senadores e mandou para o arquivo o "Projeto Itamar Franco", por 33 votos a 16. O segundo item da pauta era a nova Lei do Inquilinato. Desobstruído o primeiro, o partido majoritário se viu na contingência (também nada confortável) de aprovar ou rejeitar uma lei de iniciativa do legislativo. Em sessão extraordinária, a nova Lei do Inquilinato nem foi aprovada nem rejeitada. A Liderança da Maioria decidiu devolvê-la às comissões "para receber novos subsídios". E assim a "denúncia vazia" continuou a infelicitar milhares de lares. Os

despejos se multiplicam pelo País afora, sem que se faça nada em defesa dos locatários de imóveis residenciais, expostos a sanha de locadores gananciosos.

PERSPECTIVAS

14 AGO 1978

Se isso ocorreu no semestre passado, as perspectivas do que está em curso não são nada promissoras. Persiste a falta de "quorum" pelo menos para votação de projetos de iniciativa parlamentar. Em nenhuma das sessões ordinárias realizadas pelo Senado a partir de 1.º de agosto último, houve "quorum". No entanto, em sessões extraordinárias noturnas isso não ocorre. Nesse curto período, o Senado aprovou, na boca da noite, quatro textos de acordos firmados pelo Brasil com outras nações, autorização para o Vice-Presidente da República ausentar-se do País e autorização para a Prefeitura de Mauá (São Paulo) aumentar sua dívida consolidada. Todas essas proposições, de iniciativa do Executivo, foram aprovadas em apenas três sessões ordinárias (nos dias 4, 9 e 10 do corrente). Também foi aprovado projeto oriundo da Câmara, dispendo sobre novas inscrições de magistrados federais no Montepio Civil da União. Esse projeto, a exemplo das demais proposições, é de iniciativa do Executivo.

O COCHILO DA ARENA

A última vez em que houve "quorum" no Senado foi no dia 20 de junho último, quando foi aprovado projeto de autoria do senador Henrique de La Roque (Arena MA), alternando dispositivos do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar. Mas se tratava de uma proposição do afável La Roque, amigo de todos. Tão estimado por seus pares que, semana passada, o Senado dedicou parte da sessão para homenageá-lo pela passagem de seu aniversário natalício: numa manifestação de carinho pouco usual nessa Casa do Congresso, onde toda semana um senador aniversaria.

La Roque conseguiu o apoio das Lideranças da Arena e do MDB para a inversão da pauta. Seu projeto, que era um dos últimos, passou para a cabeça da pauta. Foi aprovado. Quando o segundo item foi colocado em votação, a Liderança do MDB pediu verificação de presença. Não havia mais "quorum" para deliberar.

Noutra oportunidade, a 15 de junho, a Liderança da Maioria cochilou, deixando passar projeto, oriundo da Câmara, de autoria do deputado Laerte Vieira, ex-Líder do MDB, permitindo a sindicalização de empregados em empresas públicas e sociedades de economia mista. Esse projeto era o primeiro item da pauta. A Liderança da Arena tinha orientação do Governo para rejeitá-lo. Mas cochilou. Como o MDB sempre pedia verificação de presença, logo no início da Ordem do Dia, a Liderança da Arena esperou que o fizesse, como de costume, quando o presidente anunciou o projeto em votação. O Líder da Minoria permaneceu silencioso e o projeto foi aprovado, por inadvertência da Arena. Mas acabou sendo vetado pelo Presidente da República, como não poderia deixar de ser.

REFORMAS E ORÇAMENTO

O projeto de reformas políticas do Governo e a proposta Orçamentária da União para o exercício de 1979 são proposições que exigirão a presença, em Brasília, dos senadores para a sua aprovação. A Arena não tem porque se ausentar. Ao contrário, caso o MDB decida fechar questão contra as reformas, terá que comparecer maciçamente para garantir sua aprovação, pelo Congresso Nacional. O Orçamento também exigirá a presença dos senadores nesta Capital. Se a Liderança da Arena no Senado insistir na obstrução da pauta, impedindo a votação de projetos contrários à orientação do Governo, ao longo desse semestre, em poucas oportunidades, haverá "quorum" para decisões. Se, no entanto, correndo todos os "riscos" optar por definhões, é bem possível que, ainda este ano, seja votada a nova Lei do Inquilinato, a regulamentação da profissão de Biomédico e muitas outras proposições em condições de ir a plenário para que os senadores decidam sobre seu destino.

Alberto Lustosa